

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Luz: pela hora da morte	2
Título: Questionamentos marcam assembleia da Eletrobras	4
Título: Ciro repudia venda da Petrobras	7
Título: Senado adia votação sobre combustíveis	8
Título: EUA sancionam empresa responsável por gasoduto	10
Título: Governo aposta em biocombustíveis como opção ao petróleo	11
Título: Destaque	13
Título: Petrobras tem lucro recorde de R\$ 106 bi	14
Título: Samarco apresenta novo plano para pagar credores	16
Título: Petroleiras e traders sofrem efeitos das sanções contra Rússia	18
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	21
Título: BNDES deve entrar na fila das ofertas em Bolsa com Petrobras e JBS	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Petrobras pode celebrar hoje; amanhã, não	23
Título: Dólar cai a R\$ 5 com incertezas geopolíticas	25
VEÍCULO: O Globo	28
Título: Energia suja e atrasada	28
Título: Operação Ratoeira prende ladrões de combustível	30
Título: Bolsonaro diz que não interfere em preço, que deve seguir 'um pouco alto'	31
Título: O risco russo diante da História	32
Título: 'Cidade pepita', Itaituba reúne os dilemas do garimpo na Amazônia	34

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/02/2022****Seção: Brasil****Autor: Cristiano Romero****Título: Luz: pela hora da morte**

O Brasil, segundo o Plano Nacional de Energia (PNE 2050), elaborado pela Empresa de Planejamento Energético (EPE), tem potencial para produzir energia em abundância até o fim da primeira metade deste século, muito acima do crescimento da demanda no mesmo período. Ainda que a economia brasileira, por algum milagre, volte a crescer a taxas respeitáveis - o que, de fato, exigirá intervenção do divino, uma vez que a média anual de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) na década de 2010 foi de apenas 0,5%, o bônus demográfico já acabou e a produtividade hoje é baixíssima -, não faltará luz para iluminar residências, mover meios de transporte e colocar máquinas em funcionamento.

Os estudos da EPE apontam para potencial energético de quase 280 bilhões de tep (Tonelada Equivalente de Petróleo), no horizonte até 2050. No mesmo período, a demanda total de energia acumulada é estimada pela estatal de planejamento em pouco menos de 15 bilhões de tep. Sendo assim, mais do que nunca cabe a pergunta: por que o custo da energia no país que caminha não apenas para a autossuficiência, mas também para tornar-se relevante exportador líquido desse insumo, é tão alto?

No ano passado, a energia elétrica cobrada do setor industrial custou, em média, US\$ 70 por MWh. O gás, igualmente consumido pela indústria, saiu a US\$ 18 por MMBTU. Em países considerados competitivos, os custos são, em média, respectivamente de US\$ 40 por MWh e US\$ 9 por MMBTU. Como se vê, a diferença é brutal e mostra que há algo fundamentalmente errado no setor elétrico.

A EPE, cuja análise independente é admirável, afirmou em relatório recente que intervenções políticas, como o subsídio ao carvão e a contratação de energia extra mais cara, aumentarão o preço da energia elétrica em 28% e as emissões de gases poluentes, em 74%. Estamos falando de um país cuja maior parte da matriz energética (hídrica) é limpa e cuja capacidade de produção de energia renovável (eólica, solar) tem crescido a taxas elevadas.

“Se destacada em separado, a energia seria o segundo item de custo da cesta básica, perdendo apenas para alimentação”, diz o presidente da Abrace (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), Paulo Pedrosa, um dos maiores especialistas do país no tema e ex-ministro de Minas e Energia. A Abrace luta pela redução dos preços de energia, demanda que não é só da indústria brasileira, mas de toda a economia e da população.

Oferta abundante de energia não resulta em preço baixo no país

O peso direto e indireto dos custos de energia nos preços de bens e serviços no Brasil é incomensurável (ver arte). Os números são contundentes quando se calculam os possíveis ganhos propiciados pela redução dos preços da energia. A consultoria Ex Ante estima que a redução de 50% no custo da energia e do gás natural produziria aumento no PIB de 1,1 ponto percentual ao ano. Promoveria a abertura de 12,4 milhões de postos de trabalho em dez anos. A cada R\$ 10 cobrados na conta de luz, calcula a Ex Ante, somam-se R\$ 25 da energia nos preços de produtos e serviços

“Subsidiamos mais de R\$ 11 bilhões por ano para o óleo na região Norte e carvão na região Sul, aumentando emissões”, informa Paulo Pedrosa. “O potencial brasileiro é uma vantagem competitiva crescente em função da agenda climática. O petróleo da camada pré-sal vai triplicar a oferta nacional de gás em dez anos, insumo ‘vocacionado’ para o consumo industrial.”

Mas, por que, então, a energia é tão cara? “Porque se paga por muita coisa que não deveria estar na conta. Encargos cumprem políticas públicas e, ao contrário dos impostos, não são compensados”, explica Pedrosa, dando como exemplo o encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Esta é um fundo setorial cujo objetivo, segundo a ANEEL, é custear diversas políticas públicas, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural). Em tese, um mecanismo adotado para corrigir distorções relacionadas à abissal desigualdade de renda existente no país.

O problema é que sistemas de subsídio cruzados criam incentivos para práticas oportunísticas. Seria muito melhor, diante do avanço das fontes de produção de energia a que assistimos no país, eliminar todos os subsídios, de forma a permitir que a oferta em abundância reduzisse os preços para todos. Concluído esse processo, se ainda houver um setor da população sem condições de pagar a conta

de luz, o governo pode e deve bancar a conta via despesa orçamentária. Isso é mais transparente e não cria distorções.

Apenas neste ano, a CDE custará mais de R\$ 30 bilhões, um acréscimo de R\$ 9 bilhões nas quotas pagas pelos consumidores em relação a 2021 - o custo será R\$ 53 por MWh. “O setor elétrico ‘socializa’ custos, cria reservas de mercado, distribui subsídios e estimula comportamentos oportunistas”, observa Paulo Pedrosa, que acaba de lançar, pela Abrace, campanha para expor à população, de maneira simples, as razões que encarecem o custo da energia no país.

Serão mencionados, na campanha, alguns dos seguintes fatores, além dos já mencionados: mais subsídio ao carvão (R\$ 1 bilhão por ano), outro para as pequenas distribuidoras (R\$ 400 milhões ao ano); prorrogação do Proinfa, com preços muito superiores aos custos de novos projetos renováveis; reserva de mercado para PCHs (pequenas hidrelétricas); uso de usinas térmicas emergenciais (R\$ 12 bilhões anuais ou 25 R\$/MWh, por 3,5 anos) e Angra 3 (R\$ 3 bilhões por ano adicionais ao valor contratado). Há problemas decorrentes, também, do boicote dos governos estaduais à nova lei do gás, formulada para modernizar e criar competição nesse segmento.

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Brasil

Autor:

Título: Questionamentos marcam assembleia da Eletrobras

A privatização da Eletrobras foi aprovada na terça-feira por ampla maioria dos acionistas minoritários da empresa. Os bastidores da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) convocada para debater a proposta de capitalização da estatal elétrica, contudo, foram marcados por interrupções e questionamentos de uma parte dos votantes, segundo fontes.

As contestações foram trazidas, basicamente, por dois minoritários: a Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL), representada pela advogada Elisa Alves, do escritório Advocacia Garcez, e o ex-conselheiro de administração da estatal João Antônio Lian.

O **Valor** apurou que os questionamentos estenderam as votações da assembleia por mais de cinco horas. Para cada rodada de contestações, a mesa suspendia a assembleia para que o corpo técnico da Eletrobras preparasse os esclarecimentos.

Apesar dos questionamentos, a matéria foi aprovada com folga. O último item da pauta, o aval para a desestatização da Eletrobras, em si, foi aprovado por detentores de 202,617 milhões de ações ordinárias da companhia, enquanto acionistas representantes de 9.749 papéis foram contrários.

As abstenções e votos em branco, por sua vez, totalizaram 916,7 milhões de votos, encabeçadas pela União - o atual controlador da companhia se absteve por determinação legal.

Entre os principais objetos de questionamentos trazidos pelos minoritários, está o cálculo da indenização que a Eletrobras receberá da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no valor de R\$ 1,2 bilhão. A indenização se deve à transferência da fatia de 50% que a Eletrobras detém na Itaipu Binacional para a nova estatal. A AEEL contesta a justificativa econômica para que o valor tenha sido definido com base na “mera atualização do capital social” de Itaipu.

A AEEL também questiona o fato de não ter havido a contratação de uma consultoria independente para a avaliação econômico-financeira (“valuation”) do ativo.

O assunto também foi levantado pelo acionista João Lian - que entende haver conflito de interesse no fato de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acionista da Eletrobras, ter sido responsável pelo “valuation”.

“Eles entendem que Itaipu pertence à União e nós entendemos que pertence à Eletrobras. Foi a Eletrobras que recebeu os recursos do empréstimo compulsório para a construção de Itaipu e a conta foi posteriormente paga pela empresa”, argumenta Lian.

João Antônio Lian integrou o conselho da companhia estatal entre 2013 e 2016.

Apesar de se dizer a favor da desestatização, o ex-conselheiro avalia, inclusive, a possibilidade de abrir um processo na Securities and Exchange Commission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA).

“Acho que o Brasil ganha com a privatização, que é algo que está atrasado há pelo menos dez anos. Meus questionamentos são do ponto de vista econômico-financeiro da operação”, explicou o ex-conselheiro.

O corpo técnico da empresa respondeu, segundo fontes, que a modelagem do BNDES está amparada em parecer jurídico de especialista contratado pela empresa e que o “valuation” de Itaipu deveria se limitar à atualização do capital social integralizado à época da construção da usina binacional.

A AEEL também questionou sobre a necessidade de anuência da Administración Nacional de Electricidad (ANDE), responsável pelo lado paraguaio de Itaipu Binacional.

A associação cita o Tratado de Itaipu, que, ao estabelecer os poderes e obrigações do conselho de administração de Itaipu, diz que cabe ao colegiado decidir sobre “reavaliações de ativos e passivos, com prévio parecer da Eletrobras e da ANDE”.

A companhia respondeu que não vê necessidade dessa anuência, pois a capitalização e a transferência de Itaipu para a ENBPar acontece nos limites do governo brasileiro.

Houve também contestações sobre o cronograma da AGE, que levou os acionistas a decidirem sobre os termos da operação sem conhecimento do balanço financeiro de 2021 - previsto para ser divulgado em março - e da votação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a modelagem da privatização.

A Eletrobras, segundo fontes, esclareceu na AGE que vai monitorar eventuais resoluções do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e que avaliará a necessidade de nova assembleia no futuro.

Procurada, a Eletrobras não comentou. A capitalização está prevista para o segundo trimestre deste ano.

Na operação, a estatal emitirá novas ações por meio de oferta primária e a União renunciará ao direito de subscrição, de modo a reduzir a participação dos atuais 72,33% do capital votante para 45% ou menos.

A última grande pendência antes do lançamento da oferta será o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), que já aprovou os estudos técnicos, mas ainda vai se deliberar sobre a modelagem da operação.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, diz que a aprovação na AGE era esperada, mas que as análises do TCU ainda geram incertezas, que se refletem, inclusive, nos preços das ações da empresa.

Depois do aval do tribunal, previsto para ocorrer até abril, caberá ao conselho de administração da estatal definir cronograma, estrutura e preços da emissão das ações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Política

Autor: Ricardo Mendonça — De São Paulo

Título: Ciro repudia venda da Petrobras

O ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato a presidente pelo PDT, defendeu ontem a manutenção da Petrobras como empresa estatal. Afirmou que reestatizaria a companhia caso ela fosse privatizada na atual gestão.

Ao abordar o assunto, Ciro afirmou que “o mundo só tem dois atores” em atuação no mercado global de petróleo: 80% são estatais e os outros 20% são megacorporações que atuam de forma alinhada com os interesses de seus países de origem, afirmou.

Em evento do BTG Pactual, o pedetista defendeu o papel indutor de um Estado na condução da economia. “Nenhum país prosperou sem Estado forte e sem iniciativa privada poderosa”, disse. “Infraestrutura no mundo não existe sem participação do Estado; vejam o caso do Galeão.”

No início do mês, a concessionária RIO Galeão informou que apresentou ao governo um pedido de devolução da administração do aeroporto internacional Tom Jobim, no Rio.

Controlada pelo grupo Changi, a empresa afirmou que investiu R\$ 2,6 bilhões no Galeão desde 2014, mas que a crise econômica reduziu o movimento de passageiros e a pandemia agravou a situação.

Outros exemplos citados por Ciro de setores que carecem da presença do Estado são saneamento e rodovias. Ele defendeu um modelo de subsídios cruzados em que aeroportos, rodovias em companhias de saneamento de regiões mais

rentáveis tenham tarifas ligeiramente maiores para bancar os mesmos serviços em áreas menos movimentadas e, portanto, menos rentáveis.

Ciro falou que sabia que não estava fazendo o discurso que a plateia do BTG gostaria de ouvir. Pediu para que deixassem ideias pré-concebidas de lado para tentar entender seus raciocínios.

Em outro trecho da apresentação, pautada por perguntas lançadas por uma convidada, Ciro manifestou contrariedade com a regra do teto de gastos adotada em 2017. “Quem no mundo defende teto de gastos com status constitucional por 20 anos?”, questionou, sugerindo que irá rever a norma se for eleito.

Ex-governador do Ceará, ele citou como um bom exemplo o critério fiscal que, segundo ele, é adotado há anos no Estado. Afirmou que o governo cearense estabeleceu um limite local para gastos, mas exclui da conta as verbas para investimentos.

Com esse modelo, prosseguiu, o Ceará consegue ser o primeiro Estado brasileiro no ranking de investimento per capita apesar de ser só o oitavo em população.

Ciro prometeu realizar uma reforma tributária que estabeleça cobrança progressiva de impostos sobre heranças e disse que, se não houver acordo político para aprovação, o tema será submetido a plebiscito popular.

Ainda falando sobre economia, afirmou que pretende cortar 20% do total de desonerações concedidas pelo governo.

Provocado a adiantar o que seria cortado, disse economizaria R\$ 8 bilhões revendo desonerações de itens alimentícios que não têm relação com a cesta básica (citou queijo suíço, salmão e filé mignon como exemplos entre 36 itens dessa natureza).

Prometeu ainda abolir as regras que permitem emendas impositivas bancadas partidárias no Congresso e as chamadas emendas de relator.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Política

Autor: Vandson Lima — De Brasília

Título: Senado adia votação sobre combustíveis

O Senado adiou a votação dos projetos que visam conter a alta dos preços dos combustíveis. O PLP 11/2020, que trata de alterações na cobrança do ICMS, e o PL 1472/2021, que cria uma conta de estabilização de preços, voltarão à pauta após o carnaval, no dia 8 de março.

Desde o início da sessão, senadores pediram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que as votações fossem adiadas, dada a complexidade das propostas e pouco tempo para análise - os pareceres do senador Jean Paul Prates (PT-RN) ficaram prontos apenas na madrugada desta quarta-feira. O relator chegou a argumentar que a “maioria esmagadora das emendas foi atendida”, mas senadores pediram tempo e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) decidiu pelo adiamento. “Essa pauta se encontra no Senado com grande, extrema prioridade. O Senado tem obrigação social de dar uma resposta adequada”, disse Pacheco.

No caso do PLP 11, que trata da cobrança monofásica [cobrança em uma única etapa da produção] do ICMS sobre os combustíveis, Prates acatou sugestões feitas via emendas por vários senadores. Como forma de incentivar a agilidade do Confaz na regulamentação do ICMS monofásico - quando a carga tributária é cobrada uma única vez, sem efeito cascata -, será estabelecido um período de transição, que irá até 31 de dezembro de 2022. Enquanto a monofasia não entra em vigor, a base de cálculo do imposto sobre a qual incidirá a alíquota do ICMS do óleo diesel e do biodiesel será a média dos últimos 60 meses, até o fim deste ano. A partir de janeiro de 2023, os estados devem decidir a alíquota a ser adotada.

O relator acatou emendas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), para estabelecer a obrigatoriedade da utilização de alíquotas “ad rem”, quando a cobrança do ICMS é feita a partir de um valor fixo por litro, na incidência monofásica do ICMS, em vez de mera possibilidade. A monofasia incluirá diesel, biodiesel, gasolina, etanol anidro, gás de cozinha (GLP), o gás liquefeito de gás natural (GLGN) e o querosene de aviação (QAV). “Com a implementação da nova sistemática, haverá ganhos de eficiência, redução de fraudes, desburocratização do setor e trilha rumo à simplificação desejada por meio da reforma tributária”, apontou o relator. As alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados. Elas serão uniformes em todo o território nacional e poderão ser diferenciadas por produto. Na definição das alíquotas, os Estados observarão as estimativas de evolução do preço dos bens

de modo que não haja ampliação do peso proporcional do tributo na formação do preço final ao consumidor.

Se aprovado no Senado em março, o PLP terá ainda de voltar à Câmara para que sejam avaliadas as modificações. “O texto aprovado na Câmara simplesmente determina a obrigatoriedade da aplicação de alíquotas de ICMS ‘ad rem’, além de estabelecer um prazo mínimo de vigência e um teto para tais alíquotas”, escreveu o relator do Senado, lembrando que as alterações eram necessárias porque a proposta anterior corria risco de ser considerada inconstitucional.

O projeto prevê ainda a ampliação do Vale-Gás, dobrando o alcance do programa, de 5,5 milhões para 11 milhões de famílias. Este acréscimo, com custo estimado de R\$ 1,9 bilhão, terá como fonte da despesa indicada os recursos arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu que, excluindo-se os valores destinados aos entes subnacionais, somam R\$ 3,4 bilhões. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de uso de outras fontes.

Prates desistiu da criação de um imposto sobre a exportação de petróleo cru. O projeto altera a Lei do Petróleo de modo a prever o estabelecimento de diretrizes de uma “Política de Preços dos derivados do petróleo para agentes distribuidores e empresas comercializadoras”. O principal eixo da proposta é a criação de mecanismo de amortecimento contra flutuações do preço do óleo no mercado internacional. Será criada uma Conta de Estabilização de Preços, regulamentada pelo Poder Executivo, para efetuar a compensação. A fonte desses recursos é a própria banda, mas há uma série de outros mecanismos previstos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA sancionam empresa responsável por gasoduto

Nord Stream 2 é um de US\$ 11 bilhões para levar gás natural direto da Rússia para a Alemanha

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou ontem a imposição de sanções contra a empresa responsável pelo gasoduto russo Nord Stream 2, que teve sua certificação suspensa pela Alemanha após as mais recentes ações do Kremlin contra a Ucrânia.

“Essas medidas são outra parte de nossa parcela inicial de sanções em resposta às ações da Rússia contra a Ucrânia”, disse Biden, em um comunicado.

O Nord Stream 2 é um projeto avaliado em US\$ 11 bilhões para levar gás natural direto da Rússia para a Alemanha, sem a necessidade de cruzar outros países da região, como a própria Ucrânia.

Biden afirmou que “não hesitará” em tomar novas medidas contra a Rússia se Putin continuar sua ofensiva contra a Ucrânia. Ontem, o presidente americano anunciou as primeiras sanções após o líder russo ter dado início ao que a Casa Branca chamou de “invasão” do país vizinho. “Por meio de suas ações, o presidente Putin forneceu ao mundo um incentivo esmagador para se afastar do gás russo”, afirmou Biden na nota.

Na avaliação do governo americano, a suspensão definitiva da certificação do gasoduto é um passo que a Europa precisa tomar para reduzir sua dependência energética da Rússia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Brasil

Autor: Marli Olmos — De São Paulo

Título: Governo aposta em biocombustíveis como opção ao petróleo

Em geral, os planos de redução dos gases de efeito estufa dos países desenvolvidos indicam a preferência por veículos elétricos. O governo brasileiro entende, no entanto, que cada país deve fazer a opção conforme seu potencial. Para o diretor de biocombustíveis da **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes**, embora a eletrificação da mobilidade seja algo irreversível, no Brasil, os biocombustíveis terão uma participação importante no processo.

“Para banir os motores a combustão, os países do hemisfério Norte estão dependendo da concessão de fortes incentivos. A eletrificação vai entrar no Brasil, mas sem incentivos. Não vamos banir os motores a combustão porque temos os biocombustíveis como solução”, destaca.

Quase um ano depois da criação do programa Combustível do futuro, o ministério tenta apressar conclusões dos comitês técnicos que discutem fontes alternativas de energia. Segundo Mendes, a ideia é desenvolver o quanto antes a estrutura

legal e regulatória para substituir combustíveis fósseis e, assim, dar a sinalização correta para a indústria de veículos leves e de carga e também para o consumidor.

Criados em julho de 2021, os comitês técnicos, que se reúnem periodicamente, estabeleceram prazo de um ano para começar a esboçar marcos regulatórios. Mendes considera, no entanto, possível, antecipar as primeiras conclusões para março. A ideia é agilizar a elaboração de projetos que dependem de aprovação no Congresso Nacional antes que o clima de campanha eleitoral esfrie os trabalhos do Legislativo. “Podemos avançar nos temas mais maduros”, destaca.

O diretor aponta, como uma das iniciativas mais avançadas, o esforço do ministério para inserir o RenovaBio na próxima etapa do programa automotivo Rota 2030. Em seu terceiro ano de operação, o RenovaBio é um projeto de descarbonização por meio de biocombustíveis. Criado no fim de 2018, o Rota 2030 é um programa federal que busca, por meio de incentivos fiscais, apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação da indústria automotiva em troca de desenvolvimento de veículos mais seguros, econômicos e menos poluentes.

O RenovaBio funciona por meio dos chamados CBIOS (créditos de descarbonização), instrumentos financeiros negociados pelas empresas que buscam reduzir emissões de gases de efeito estufa. Cada CBIO corresponde a uma tonelada de dióxido de carbono que deixa de ir para a atmosfera. Em 2021, a utilização de biocombustíveis evitou 24,4 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, o que movimentou R\$ 1,17 bilhão. Segundo Mendes, a expectativa é superar 36 milhões de toneladas em 2022.

No segmento de veículos leves, o governo brasileiro aprova o movimento de parte da indústria que defende aproveitar a especialização do país em etanol para produzir carros híbridos movidos com o derivado da cana-de-açúcar. Mendes destaca que nem sempre o carro elétrico é um veículo de emissão zero. “O cálculo deve ser feito não apenas levando em conta o que sai do escapamento, mas do poço à roda”, afirma, referendando, assim, posições defendidas por empresas como Volkswagen, que pretende fazer do Brasil um centro de desenvolvimento de híbridos a etanol, ou da Toyota, que já produz esse tipo de veículo no país.

Apesar da sintonia destacada pelo representante do ministério, representantes da indústria têm alertado para a necessidade de o poder público apontar com clareza caminhos para a substituição de combustíveis fósseis no Brasil. Na semana passada, um estudo cujas conclusões foram antecipadas pelo **Valor** indicou que para atingir metas globais de descarbonização em veículos

comerciais o Brasil terá que recorrer a três ou quatro tipos de energia. Todos dependerão, porém, do amparo de políticas públicas.

Conduzido pela Bain & Company, consultoria global, o trabalho é resultado de parceria entre a Rede Brasil do Pacto Global, das Nações Unidas, e a Scania. Tem, ainda, apoio da BRF, Ipiranga e Unidas. A indústria de transportes está sob pressão por ser uma das mais poluentes do mundo. Emite 14% de todo o dióxido de carbono, segundo o painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC).

Segundo Mendes, o governo tem estado em contato com a iniciativa privada. Além dos comitês que envolvem técnicos do governo, diz, o Ministério de Minas e Energia tem feito reuniões com montadoras como Stellantis, Volks, Nissan e Toyota, e também com associações como Anfavea, que representa as montadoras, e Unica, das usinas de açúcar.

O diretor do ministério defende o lado do governo ao dizer, ainda, que já existem “políticas públicas concretas”, que, além do RenovaBio e do programa Combustível do futuro, abrangem, também, a mistura de 10% de biodiesel ao diesel.

Além disso, destaca o diretor do ministério, o país tem o potencial de transmitir “a vocação brasileira em bioenergia” a outras nações capazes de replicar essa alternativa. “Estamos em contato com a Índia, onde o governo já aprovou a mistura de 10% de etanol na gasolina e tem como meta chegar a 20%”, destaca.

Segundo Mendes, estão, ainda, em estudo, a implementação de corredores verdes de biometano e o desenvolvimento de células a combustível. O Ministério de Minas e Energia também pretende agilizar, diz, um plano para o uso do bioquerosene de aviação.

“Temos desenvolvido um conjunto de iniciativas para promover a descarbonização de veículos e aumentar a disponibilidade de soluções de mobilidade, elaborando marcos regulatórios e políticas públicas para viabilizar o atendimento dos compromissos ambientais assumidos”, destaca Mendes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Ultra lucra R\$ 380 milhões

O grupo Ultra, dono da Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e de Oxiten e Extrafarma em processo de venda, teve lucro líquido atribuído a acionistas controladores de R\$ 380 milhões no 4º trimestre, queda de 10,8% ante um ano atrás. A receita líquida avançou 48% no período, para R\$ 34,4 bilhões, com maior faturamento das controladas. O Ebitda ajustado subiu 25%, para R\$ 1,19 bilhão. No ano, o grupo teve receita líquida de R\$ 118,8 bilhões, alta de 46%, e um lucro líquido de R\$ 850,5 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Gabriela Ruddy, Flávya Pereira e Rodrigo Rocha — Do Rio de Janeiro e de São Paulo

Título: Petrobras tem lucro recorde de R\$ 106 bi

A Petrobras anunciou ontem um lucro líquido anual recorde de R\$ 106,668 bilhões, relativo ao exercício de 2021. O resultado é 15 vezes superior aos ganhos de 2020. Após contabilizar mais um balanço sólido, no quarto trimestre, a empresa propôs mais uma distribuição de dividendos, no valor de R\$ 37,3 bilhões, a ser paga em maio. Ao fim, a remuneração aos acionistas, pelos resultados atingidos no ano passado, somará R\$ 101,4 bilhões, o maior patamar da história da petroleira.

A União, controladora da empresa, ficará com cerca de um terço desse montante. Os investidores privados ficarão com o restante.

Impulsionada pela valorização do petróleo, a companhia lucrou R\$ 31,5 bilhões no quarto trimestre, 47,4% a menos que o registrado em igual período de 2020. Na ocasião, o balanço da estatal foi inflacionado pela reversão de baixas contábeis por perda no valor de ativos e investimentos (“impairments”), devido à recuperação do petróleo no fim daquele ano. Quando comparado ao terceiro trimestre de 2021, houve um aumento de 1,2% no resultado.

No acumulado do ano, o lucro recorde foi atribuído, principalmente, à alta de 77% do preço do barril do petróleo do tipo Brent, em reais, no período. Também contribuiu para o resultado os maiores volumes de vendas no Brasil e melhores

margens de diesel e gasolina - o que compensou a queda nas exportações de petróleo, o aumento de custos de aquisição de gás natural liquefeito (GNL) e a revisão atuarial referente a coparticipação do plano de saúde.

As receitas líquidas da Petrobras totalizaram R\$ 134,19 bilhões no quarto trimestre, o que representa uma alta de 79% na comparação com igual período de 2020. No acumulado de 2021, as receitas somaram R\$ 452,668 bilhões, 66,4% a mais que no ano anterior.

Já o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 33,8% no quarto trimestre, para R\$ 62,945 bilhões, na comparação com os meses de outubro a dezembro de 2020. No consolidado do ano, a alta foi de 64,1%, para R\$ 234,576 bilhões.

Pressionada politicamente pelo aumento dos preços dos combustíveis, a Petrobras reforçou a ideia de que, embora tenha um lucro alto, retorna parte disso à sociedade na forma de dividendos pagos ao governo central.

A empresa destacou que recolheu em 2021 mais de R\$ 200 bilhões em tributos e que deu um retorno para a sociedade de cerca de R\$ 230 bilhões, sem contar a nova parcela de dividendos proposta pela empresa. “A gestão racional e eficiente gera valor para a sociedade e para os nossos acionistas”, escreveu o diretor financeiro da estatal, Rodrigo Araujo, ao comentar o resultado de 2021 na apresentação das demonstrações financeiras.

O presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, disse, por sua vez, que esse retorno à União não seria possível para uma companhia endividada. “Uma empresa saudável e comprometida com a sociedade é capaz de crescer, investir, gerar empregos, pagar tributos e retornar dinheiro aos seus acionistas, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento do país”, afirmou.

A Petrobras atingiu em 2021 a meta de reduzir a dívida bruta para abaixo de R\$ 60 bilhões, com 15 meses de antecedência em relação ao prazo esperado originalmente. A companhia fechou o ano com um endividamento de US\$ 58,74 bilhões e uma alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, de 1,1 vez - a metade do patamar de um ano antes.

A estatal informou que, com a antecipação da meta de desalavancagem, foi possível aplicar a nova fórmula da política de dividendos de maneira integral no ano de 2021. Pelas regras da petroleira, revistas em novembro, a companhia pagará um valor equivalente a 60% da diferença entre o fluxo de caixa

operacional e os investimentos sempre quando a dívida bruta for igual ou inferior a US\$ 65 bilhões e houver lucro acumulado. Ainda pelas novas regras, o pagamento deverá ser feito trimestralmente.

Fora os valores já pagos em 2021, antecipadamente, o conselho de administração da Petrobras autorizou uma distribuição complementar de dividendos equivalente a R\$ 2,8610762 bruto por ação - um total de R\$ 37,3 bilhões. A proposta será encaminhada à Assembleia Geral de Acionistas, prevista para abril. Se aprovado, o pagamento será feito em maio.

A Petrobras disse que somada a nova distribuição com as parcelas pagas em agosto e dezembro, a remuneração aos acionistas total proposta para o exercício 2021 será equivalente a R\$ 7,773202 por ação - ou R\$ 101,4 bilhões. Segundo a estatal, o montante “é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia e está alinhado ao compromisso de geração de valor para os acionistas e para a sociedade”.

O ano de 2021 marca uma virada de página no processo de reestruturação financeira da Petrobras, cuja dívida bruta chegou a totalizar US\$ 132,2 bilhões no fim de 2014. Ainda no governo Dilma Rousseff, a gestão Aldemir Bendine lançou as bases da estratégia de desalavancagem por meio de um plano robusto de venda de ativos.

Esse direcionamento ganhou tração nas administrações de Pedro Parente e Ivan Monteiro, no governo Michel Temer, e foi acelerado por Roberto Castello Branco, no mandato de Jair Bolsonaro. Além da venda de ativos, a forte geração de caixa nos últimos anos permitiu à empresa cortar o endividamento. Desafogada pela redução da dívida, a companhia, sob a gestão Joaquim Silva e Luna, começou a pagar mais aos acionistas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Empresas

Autor: Cibelle Bouças — De Belo Horizonte

Título: Samarco apresenta novo plano para pagar credores

A Samarco Mineração, em recuperação judicial desde abril de 2021, enviou à 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte novo plano de recuperação da empresa, para ser avaliado pelos credores. A companhia negociou com diferentes

credores nos últimos meses e incluiu nesse plano algumas demandas solicitadas por eles, de acordo com fontes próximas às negociações.

A expectativa da Samarco, segundo as fontes, é usar as próximas semanas para discutir o novo plano com os credores - em especial dos financeiros, formados por fundos internacionais - e chegar a um consenso, evitando o litígio. Ontem, a assembleia geral de credores para votar o plano de recuperação judicial não foi realizada por falta de quórum. Com isso, foi reconvocada, em segunda chamada, com realização virtual, para a data de 10 de março.

A falta de quórum era esperada porque há divergências entre os credores e a Samarco em relação ao pagamento da dívida. Os credores financeiros - com R\$ 26,4 bilhões - querem o pagamento de 100% da dívida vencida, mais juros. A Samarco propôs, inicialmente, desconto de 85% na dívida, com o pagamento feito em 2041. Outra opção era converter dívida em participação acionária na empresa.

No plano encaminhado à Justiça, a Samarco propõe o pagamento em parcela única, em dezembro de 2041, com deságio de 75% no valor da dívida, acrescidos de juros de 1% ao ano. Há outra opção. Para pagar os credores, a Samarco fará uma emissão de dívida de US\$ 1,4 bilhão no exterior, com garantia firme das sócias Vale e BHP. A negociação dessa proposta já havia sido considerada insatisfatória em dezembro pelo grupo de credores.

Há ainda a opção de receber parte dos créditos em ações preferenciais da Samarco, e parte em um "senior notes", com vencimento em 7 anos e taxa de remuneração de 6,5% ao ano. Todos os credores poderão receber parte dos créditos em ações de títulos da dívida. Caso nenhum credor tenha interesse, as acionistas Vale e BHP vão adquirir 50% dos títulos cada uma.

Há ainda a opção de emissão de "junior notes" no total de US\$ 700 milhões, com vencimento em 14 anos e taxa de 7,5% ao ano.

Um outro componente novo é que parte dos créditos extraconcursais das sócias Vale e BHP, no valor de US\$ 2,2 bilhões, receberão o mesmo tratamento que os créditos concursais. Isso significa que as mineradoras não receberão esses créditos antes dos credores da dívida concursal.

Esses créditos extraconcursais poderão ser convertidos em senior notes e ações preferenciais. A expectativa da Samarco, segundo fontes, é que Vale e BHP convertam US\$ 1 bilhão da dívida extraconcursal em títulos e ações.

Por fim, o novo plano estabelece o limite de US\$ 2,4 bilhões para a Samarco aportar na Fundação Renova. Se a necessidade de aporte for maior, as duas acionistas vão bancar o excedente. Antes não havia teto de valores para a fundação responsável pela reparação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG), em 2015.

A recuperação judicial da Samarco envolve dívida de R\$ 50,5 bilhões, sendo R\$ 24,1 bilhões com as acionistas e R\$ 26,4 bilhões com os financeiros (fundos). Esse grupo contratou Tito Martins, ex-presidente da Nexa (grupo Votorantim) para elaborar um plano de recuperação alternativo para a mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/02/2022

Seção: Empresas

Autor: Tom Wilson e Neil Hume — Financial Times, de Londres

Título: Petroleiras e traders sofrem efeitos das sanções contra Rússia

Algumas das maiores companhias de petróleo e traders de commodities do mundo estão sob o risco de uma interrupção de suas extensas operações comerciais na Rússia se o Ocidente prosseguir com “sanções sem precedentes” contra Moscou por qualquer nova invasão da Ucrânia.

Os Estados Unidos ressaltaram medidas que atingiriam o setor financeiro da Rússia e membros do círculo mais próximo do presidente Vladimir Putin, em vez de sanções que interromperiam o fornecimento de petróleo e gás russo para a Europa, que teriam o potencial de aumentar ainda mais os já altos preços da energia.

O maior risco para os mercados viria não das sanções, mas sim da maneira como a Rússia poderia retaliar

No entanto, a ameaça do G-7 de sanções financeiras e econômicas sobre “uma grande variedade de alvos setoriais e individuais” ainda poderá atingir companhias de petróleo como BP, Shell e ExxonMobil, além de traders de commodities como Glencore, Vitol e Trafigura, que têm relações comerciais importantes com o país.

“Sanções abrangentes seriam realmente problemáticas para o setor de energia, mesmo não visando diretamente as exportações”, diz Livia Paggi, diretora de risco político da consultoria GPW.

O Ministério da Energia da Rússia é tão vasto e o envolvimento dos aliados de Putin tão difundido, que novas sanções no mínimo forçariam as empresas ocidentais a “baixar suas ferramentas enquanto planejavam sua exposição”.

A BP controla quase um quinto da Rosneft, maior produtora de petróleo da Rússia. A concorrente Shell controla 27,5% do enorme projeto offshore de gás Sakhalin-2 da Gazprom, no extremo leste da Rússia. A Exxon opera no país há 25 anos e produz petróleo e gás no leste da Rússia desde 2005, em parceria com subsidiárias da Rosneft.

A Trafigura e a Vitol têm parcerias no controverso projeto de petróleo no Ártico administrado pela Rosneft e são grandes comerciantes de petróleo russo. A Gunvor, sediada em Genebra, explora petróleo na Rússia, enquanto a Glencore controla 10,55% da En+, a companhia hidrelétrica e metalúrgica anteriormente controlada pelo oligarca russo Oleg Deripaska, além de uma pequena participação na Rosneft.

A produtora de petróleo apoiada pelo Estado está sob sanções dos EUA e União Europeia (UE) desde 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, região da Ucrânia.

As medidas foram elaboradas para garantir a possibilidade da Rosneft continuar exportando petróleo e gás, mas elas impedem seu crescimento futuro. Elas bloquearam o acesso da produtora de energia a financiamentos ocidentais com prazos de vencimento superiores a 90 dias, além de seu acesso à tecnologia e pessoal necessários a determinadas atividades de exploração.

Como resultado, a BP, por exemplo, ainda conseguiu divulgar lucro de mais de US\$ 2,4 bilhões com sua participação na Rosneft no ano passado, além de recolher US\$ 640 milhões em dividendos, enquanto seu presidente executivo, Bernard Looney, continuou no conselho de administração do grupo russo.

Brian O’Toole, ex-especialista em sanções do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos EUA, disse que quaisquer novas sanções relacionadas ao setor de energia provavelmente serão parecidas e que “quaisquer sanções significativas contra Gazprom e Rosneft que afetem a oferta atual” são improváveis.

Em vez disso, as sanções poderão ter como alvo a infraestrutura intermediária como oleodutos ou negócios posteriores na cadeia produtiva, como as traders russas, acrescentou O’Toole. “Coisas como essas podem ser mais palatáveis e não

ter impacto sobre a produção atual, mas enviariam uma mensagem de que o setor de energia não é totalmente intocável.”

Na semana passada o presidente dos EUA, Joe Biden, sugeriu que sanções mais duras atingiram as maiores instituições financeiras russas. Tais medidas - como o eventual bloquear a Rússia na rede internacional de pagamentos Swift - não impediriam as companhias ocidentais de fazer ou receber pagamentos por fornecimentos de energia, mas tornaria mais difícil para grupos como BP e Shell operar, disse O’Toole, hoje membro do centro de estudos Atlantic Council de Washington.

Helima Croft, diretora global de estratégia de commodities da RBC Capital Markets, disse que o governo Biden continua enfatizando que não visará diretamente as exportações russas de energia, mas que algumas medidas que estão sendo consideradas poderão tornar isso “desafiador” para as companhias internacionais de petróleo. “Essas medidas aparentemente não estão no topo da lista de sanções, mas poderão ser incluídas na segunda ou terceira rodada de medidas punitiva”, disse ela em uma nota a investidores.

BP, Shell e Exxon não quiseram comentar. Numa entrevista ao “Financial Times” este mês, Looney disse que a BP somente se preocuparia com as novas sanções quando elas se materializassem. “Vamos ver o que acontece. Há sanções hoje, cumprimos as sanções e continuaremos fazendo isso”, afirmou ele. Trafigura, Vitol, Glencore e Gunvor não quiseram comentar.

Em 2018, quando os EUA impuseram sanções a Deripaska e suas companhias de alumínio Rusal e En+, os mercados de metais mergulharam no caos e houve interrupções significativas na cadeia de abastecimento. A Rusal, na qual a Glencore tinha então uma participação de 9%, entrou numa lista negra de instituições financeiras, criando problemas enormes para companhias europeias e fazendo o preço do alumínio subir um terço na London Metal Exchange (LME).

A Rússia também é um importante produtor de paládio, que as montadoras usam para remover emissões tóxicas dos escapamentos dos veículos, além de platina, cobre e níquel, matérias-primas para produção de baterias.

Entretanto, o maior risco para os mercados viria não das sanções, mas sim da maneira como a Rússia poderia retaliar, diz Croft da RBC. “Há uma grande preocupação do uso das commodities como arma pela Rússia em resposta à possibilidade de ela enfrentar as sanções mais onerosas até agora.”

VEÍCULO: Estado de S. Paulo**Data:** 24/02/2022**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** BNDES deve entrar na fila das ofertas em Bolsa com Petrobras e JBS

Coluna do Broadcast

Com as ações da Petrobras e da JBS nas máximas dos últimos cinco anos e os estrangeiros marcando presença na Bolsa brasileira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve entrar na fila de follow on (ofertas de ações de empresas já abertas na Bolsa) para acelerar a venda de sua carteira bilionária. Essa é uma conversa recorrente em bancos de investimento, que acompanharam de perto os movimentos do BNDES nos últimos meses. O presidente do banco de fomento, Gustavo Montezano, deixou claro várias vezes o desejo de zerar essa carteira, que tem cerca de R\$ 75 bilhões em papéis de empresas, sendo as duas maiores posições em Petrobras e JBS. Nos últimos três anos, o BNDES vendeu R\$ 80 bilhões em ações.

Fatias do banco são bilionárias

O BNDES tinha R\$ 29 bilhões em papéis da Petrobras, que respondem por 35% de sua carteira de ações e uma fatia de 8% na petroleira, conforme balanço do terceiro trimestre. De JBS, tinha R\$ 21 bilhões na mesma data, ou 26% de sua carteira. A posição atual deve ser conhecida na sexta-feira, junto ao balanço de 2021.

Bancos de investimento são consultados

As consultas do BNDES a bancos de investimento, para sentir o apetite dos investidores, têm sido frequentes. Desde dezembro, o banco fez duas vendas de ações da JBS em Bolsa, numa operação de blocktrade (em bloco). A mais recente, semana passada, girou R\$ 2 bilhões. Com isso, sua fatia na JBS caiu para 19,45%.

ESVAZIANDO A CARTEIRA

BNDES tem feito consultas a bancos de investimentos visando avaliar o apetite dos investidores pelas ações em sua carteira

- MOMENTO.

Os comentários agora são de que o BNDES pode partir para vendas maiores, por meio de follow on. O objetivo é aproveitar o apetite dos estrangeiros pela Bolsa brasileira. São investidores que normalmente entram em ofertas maiores, de preferência em setores não relacionados à economia local, como commodities e proteínas. Procurado, o BNDES não comentou.

- OLHO DO DONO.

Aliás, os R\$ 9 bilhões em ofertas subsequentes deste início de 2022 só aconteceram graças ao interesse de estrangeiros e daqueles que compõem a base de acionistas das próprias empresas. No geral, as ofertas prioritárias para os atuais acionistas das companhias responderam por ao menos 60% do total das operações e a participação dos sócios tem sido importante.

- OLHO DE GRINGO.

Os estrangeiros, de modo geral, têm ficado com pelo menos metade das ofertas, considerando os papéis que vão efetivamente ao mercado. O nível é superior ao dos últimos anos, que girava na casa dos 20% a 30%. Na transação da BRF, eles responderam por 80%, e, na Equatorial Energia, a fatia foi de 60%.

SOBE

Eletrobras tem alta com privatização no radar

As ações da Eletrobras fecharam a quarta-feira em alta na B3, impulsionadas pelo cenário mais favorável à privatização, após aval da Assembleia Geral Extraordinária, na terça-feira. Os papéis ON da empresa subiram 2,14% e as ações PN, 3,27%. Outras companhias do setor acompanharam e também fecharam com ganhos: Cemig (+2,28%), CPFL ON (+1,82%) e Taesa (+2,11%).

DESCE

Papéis da Localiza caem após balanço

Os papéis da Localiza caíram 5,23%, entre as maiores baixas do Ibovespa ontem, após a empresa divulgar números do quarto trimestre, que ficaram aquém do esperado, segundo o BTG Pactual. A companhia teve lucro líquido de R\$ 442,1 milhões no período, alta de 10%, e um aumento de 14,7% na dívida líquida, para R\$ 7 bilhões. As ações da Unidas, com a qual a Localiza está em processo de fusão, caíram 5,28%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/02/2022**Seção:** Opinião**Autor:** Rodrigo Tavares**Título:** Petrobras pode celebrar hoje; amanhã, não

Análise

Lucro de petroleiras motivado pela valorização nos preços não irá afrouxar transição para energias renováveis

Fundador e presidente do Granito Group; professor catedrático convidado na NOVA School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017

Os anúncios públicos de lucros históricos das petroleiras, feitos ao longo deste mês, têm deixado militantes da sustentabilidade desassossegados.

A Petrobras fechou 2021 com lucro anual recorde de R\$ 106,6 bilhões; a Galp Energia, de 457 milhões de euros (R\$2,59 bi); a Shell, de US\$ 19,13 bilhões (R\$ 96,7 bi); a BB de US\$ 12,8 bilhões (R\$ 64,1 bi), e a russa Rosneft pagará o maior volume de dividendos da sua história.

O SPDR S&P Oil & Gas Exploration & Production ETF, um índice que junta as maiores empresas de petróleo e gás, teve um desempenho extraordinário de 67% em 2021. Para quem é investidor em combustíveis fósseis, o Carnaval chegou mais cedo.

Esse repasto, motivado pela alta do preço do petróleo, não deverá, contudo, afrouxar a transição energética dessas companhias. Por cinco razões.

1) A demanda por petróleo deve atingir o planalto em até 15 anos, à medida que avança a produção de energias renováveis, a eficiência das baterias automotivas, a tecnologia de novas fontes de energia (como hidrogênio ou querosene verdes) e a consciência ambiental.

Tudo isto demanda que as petroleiras se preparem para a descarbonização e se tornem majoritariamente empresas de energia renovável. A maioria já anunciou

investimentos obesos em renováveis. São precisos recursos; o caixa gerado em 2021 irá ajudar.

2) Com a crescente obrigatoriedade das empresas listadas reportarem centenas de dados associados às suas práticas ESC, abrir-se-à uma nova alameda para a litigação. Depois da Exxon Mobil e da Shell terem sido alvo de carnudos processos jurídicos, a tendência é que acionistas e ONGs usem os novos dados públicos para verificarem se há discrepância entre o que tem sido anunciado e o que é entregue na área ambiental e social. A pressão da lei será maior que a da moralidade.

Empresas com menor sustentabilidade ambiental ou social também têm um risco regulatório mais expressivo, bem como uma adaptação mais lenta e cara às próximas mudanças regulatórias. Desde 2000 as petroleiras já pagaram US\$ 53,4 bilhões (R\$ 267,7 bi) em multas (Good Jobs First, 2022). Atualmente, em fevereiro de 2022, existem 2.545 leis e políticas climáticas em nível mundial (LSE), tendo 38 sido adotadas no Brasil.

3) Petroleiras que negligenciem riscos climáticos são empresas com menor valor de mercado. Um estudo da Schrodgers mostra que as que operam em petróleo e gás têm os maiores custos potenciais para segurarem seus ativos contra o impacto das alterações climáticas físicas. O valor destas empresas pode cair 4,5% se os temas climáticos não forem devidamente endereçados.

4) O custo de capital (dívida e equity) de empresas não sustentáveis é superior — cerca de 0,5% para empresas na área de energia. A academia tem sido consensual neste domínio (por exemplo: Yasser Eliwa, Ahmed Aboud, Ahmed Saleh, 2021).

5) Finalmente, a recente volatilidade no preço do petróleo, ainda que tenha gerado lucros de curto prazo, sinaliza que as petroleiras devem adotar estratégias mais resilientes ao nervosismo temporário. Petróleo e gás não são investimentos de longo prazo. Soluções de baixo carbono, sim. Neste contexto, a Petrobras tem razões para celebrar? A curto prazo, sim. O mercado reagirá positivamente e a diretoria da empresa será louvada por sua aparente competência. Mas a Petrobras tem mostrado dificuldades em se esculpir em empresa de baixo carbono e em se preparar para a descarbonização.

O novo plano estratégico da empresa para o quinquênio de 2022 a 2026 amplia a aposta nos fósseis. De um total de investimentos estimado em US\$ 68 bilhões

(R\$ 340,9 bi), 84% irão para a exploração e produção de petróleo — alta de 23% em relação ao plano anterior. Apenas US\$ 1,8 bilhão (R\$ 9 bi) serão investidos na descarbonização da sua atividade. Na direção oposta, a portuguesa Galp decidiu abandonar novas prospecções de petróleo e gás a partir de 2022.

A Petrobras anunciou também que sua transição para uma economia de baixo carbono está baseada na modernização de refinarias para a produção de combustíveis com menos emissões de gases de efeito estufa. É muito pouco. Também não tem ajudado a volatilidade governativa da Petrobras desde a sua fundação, em 1953. A empresa já teve 39 CEOs, ou seja, um novo líder a cada 20 meses. E apenas uma mulher. Apesar do anúncio de hoje, os investidores de longo prazo que ainda têm a Petrobras no seu portfólio continuam não tendo razões para celebrar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/02/2022

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo

Título: Dólar cai a R\$ 5 com incertezas geopolíticas

Manchete

Cotação é a menor desde junho de 2021, mas petróleo e commodities devem manter a inflação ainda alta

Petróleo e alimentos anulam efeito de dólar a R\$ 5 na inflação

Economistas também calculam que preço da gasolina no Brasil continua defasado

A alta do preço de commodities nos mercados internacionais está anulando os benefícios que a valorização do real poderia trazer para a queda da inflação e do preço de alimentos e combustíveis neste ano.

No geral, a balança ainda pesa a favor da inflação. Ou seja, o aumento no preço desses produtos no exterior supera a melhora no câmbio no Brasil neste ano.

Além disso, prevalece a avaliação de que a tendência para o real até o fim do ano é de desvalorização, enquanto os preços das commodities tendem a continuar

em patamar elevado. Por isso, as projeções de inflação para 2022 continuam se deteriorando.

Nesta quarta (23), o dólar comercial chegou a ser vendido a R\$ 4,99 e fechou a R\$ 5,003. É a menor cotação da moeda americana desde 30 de junho de 2021.

O real é a moeda que mais se valorizou neste ano entre as maiores economias, mas ainda é uma das que mais se depreciam desde 2020.

No caso do petróleo, os dados mostram um empate nas variações em fevereiro, mas um efeito inflacionário desde o início do ano.

Por isso, o preço da gasolina nas refinarias brasileiras continua com uma defasagem em torno de 10% em relação ao valor na Bolsa de Valores dos EUA, de acordo com cálculo do Banco Original.

Ou seja, com base apenas no critério de preço, a Petrobras não teria motivo para reduzir o valor do combustível neste momento, mesmo com a valorização do real.

A Petrobras adota uma política de paridade de preços para os derivados do petróleo no mercado interno em relação aos valores internacionais, que considera também fatores como o câmbio.

Daniel Xavier, coordenador do Departamento Econômico do Banco ABC Brasil, calcula que em 2022 o resultado líquido de alta de commodities e queda do dólar ainda é inflacionário.

A apreciação cambial de 8,1% observada até agora tende a retirar cerca de 0,9 ponto porcentual do IPCA em quatro trimestres. A valorização de 24% do petróleo Brent tem impacto inflacionário de 1,6 ponto no mesmo período. O aumento de 10% no preço em dólar das commodities agrícolas acrescenta 0,2 ponto ao índice de inflação. A alta de 0,4% das commodities metálicas tem efeito praticamente zero.

O somatório desses impactos estimados até agora sobre o IPCA é de 0,9 ponto para cima no horizonte de quatro trimestres, segundo o economista, que projeta inflação de 5,7% neste ano.

Segundo ele, nas últimas semanas o dólar perdeu força ante o real, o que de certa forma “compensou” a pressão que vem do barril de petróleo no momento. Mas o cenário pode mudar.

“O consenso do Focus para o IPCA 2022, hoje em 5,56%, tende a ser revisado para cima. Em razão, principalmente, da perspectiva mais desfavorável para a cotação do petróleo, que é a commodity com maior impacto marginal sobre a inflação doméstica e segue marcada por incertezas geopolíticas neste início de ano.”

O economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, afirma que, desde a mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, no começo do mês, tanto o real quanto o barril de petróleo tiveram valorização em torno de 8%.

Na época, o BC adotou um câmbio de R\$ 5,45 (média das semanas anteriores), e o barril estava no patamar de US\$ 89. Agora, os valores são de R\$ 5 e US\$ 97, respectivamente.

Ele diz que o benefício do câmbio para a inflação pode ser menor que o estimado, pois as desvalorizações cambiais exercem muito mais pressão para cima no IPCA do que as valorizações exercem para baixo na inflação.

Se uma variação de 10% para cima no dólar coloca cerca de 1 ponto no IPCA, como estimado pelo Banco Central, uma queda na mesma magnitude tira apenas 0,30 ponto da inflação, diz o economista.

Caruso calcula uma redução efetiva do índice de preços de apenas 0,25 ponto percentual para uma apreciação de 8% na moeda brasileira. Sua projeção de IPCA de 5,8% para este ano, no entanto, considera um câmbio de R\$ 5,85 no final de dezembro.

“É mais fácil subir preços em uma desvalorização cambial do que reduzir em uma eventual valorização”, diz Caruso. “Se eu fosse o BC, não daria grande peso ao câmbio para eventualmente sinalizar uma pausa mais cedo na alta da Selic.”

Rodrigo Leão, coordenador técnico do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), afirma que dólar e petróleo tiveram variações praticamente da mesma magnitude desde o reajuste mais recente da

Petrobras.

Para ele, seria necessário trazer o dólar para perto de R\$ 4 para que fosse tecnicamente justificável uma redução no preço dos combustíveis no Brasil com base no critério de paridade de preços.

Segundo Leão, enquanto o mercado projeta alta do dólar ainda neste ano, as expectativas para o petróleo são de manutenção do preço em patamar elevado.

“A gente está com um cenário externo bastante instável por causa de Rússia e Ucrânia. Na melhor das hipóteses, vamos ter um preço [do barril] no patamar que está agora. Não acredito que vá ficar mais baixo.”

Isso não significa que os combustíveis irão necessariamente subir neste ano. Ele afirma que questões políticas relacionadas à eleição no Brasil podem contribuir para uma alta do dólar, mas também colocariam pressão sobre a Petrobras para não fazer novos reajustes.

Quando lhe foi perguntado há cerca de dez dias sobre novos ajustes nos preços dos combustíveis, diante da tensão entre russos e ucranianos, o presidente da Petrobras, general da reserva Joaquim Silva e Lima, respondeu estar “acompanhando o que está acontecendo”.

A estatal fez seu reajuste mais recente em 11 de janeiro, de 8% nos preços do diesel nas refinarias, enquanto a gasolina vendida às distribuidoras teve alta média de 4,85%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2022

Seção: Artigos

Autor: Clarice Ferraz

Título: Energia suja e atrasada

Os aumentos na conta de luz prometem ser um dos principais temas debatidos ao longo de 2022, influenciando diretamente as eleições. A recente crise hídrica pode ter sido a pior em 91 anos, mas não uma surpresa. O sistema elétrico brasileiro é singular e acumula erros históricos há décadas.

Investimos incessantemente em usinas termelétricas, metade delas com custo extremamente elevado. Térmicas caras esvaziam reservatórios, pois levam ao despacho das hidrelétricas, mais baratas. Na tentativa de enfrentar o problema, o governo insistiu no erro: acionou usinas que operam por meio da queima de fontes caras e poluentes, como óleo combustível, carvão, diesel e gás natural, e realizou novas contratações. Para financiá-las, foi criada a bandeira “escassez hídrica”, provocando novos aumentos na conta de luz.

Essa situação gera um efeito especialmente perverso: o “apagão econômico”. Boa parte da população sofre ao extremo com as altíssimas temperaturas do verão sem poder recorrer a ventilador e ar-condicionado. As tarifas elevadas ameaçam também a indústria, setor que mais consome energia, levando à diminuição das margens de lucro, a demissões e ao repasse dos custos sobre os produtos, aumentando a inflação.

Choca ainda a falta de zelo com questões ambientais e geopolíticas. Dono de sol, vento e água em abundância, o Brasil deveria liderar a revolução da descarbonização. Somos, no entanto, consumidores de energia suja e atrasada. Usinas eólicas e sistemas fotovoltaicos geram quilowatts-hora limpos e são muito mais baratos. Podemos alcançar uma matriz com combinação perfeita de biomassa, sol, vento e água, cujos estoques nos reservatórios fornecem a flexibilidade de que necessita um setor elétrico com alta participação de energias variáveis.

Ao contrário da tendência mundial, Bolsonaro sancionou ainda uma lei que prorroga até 2040 os contratos de termelétricas movidas a carvão mineral, criando reserva de mercado para um dos maiores poluentes do planeta. Notícias como essa nos fazem pensar que a singularidade do nosso sistema e a gravidade da atual crise climática não foram compreendidas. A partir de 2023, se somarão aos problemas mencionados os piores efeitos da privatização da Eletrobras, caso efetivada. A “descotização” das usinas que geram a eletricidade mais barata do sistema poderá facilmente dobrar a tarifa. A medida vem acompanhada de mais expansão de termelétricas, gasodutos e outros “jabutis” que, sem passar por critérios competitivos, são inseridos no sistema, reduzindo a participação das fontes limpas e mais baratas.

O Brasil, infelizmente, se tornou refém de decisões equivocadas. A expectativa é que a conta de luz siga impulsionando a inflação e a piora da qualidade de vida dos brasileiros. Candidatos nestas eleições precisam encarar a questão do abastecimento e discutir propostas sem apelar para a confortável e usual

atribuição de culpa a São Pedro. Como será esse debate? Não sabemos. A única certeza é que políticos passarão calor diante do eleitorado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2022

Seção: Rio

Autor:

Título: Operação Ratoeira prende ladrões de combustível

Oito detidos são acusados de fazer parte da quadrilha batizada como BR Ratobras, que praticava furtos em dutos da Transpetro. Investigações da Polícia Civil e do MP revelam que bando articulava as ações pelo WhatsApp

Durante a Operação Ratoeira, realizada ontem, a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) prenderam oito homens que faziam parte de uma quadrilha especializada no furto de petróleo cru e de combustíveis direto de dutos da Transpetro, a empresa de transporte e logística da Petrobras. Como informou o site G1, segundo as investigações, os criminosos articulavam as ações pelo WhatsApp. Batizado como “BR Ratobras”, o grupo tinha como imagem um rato segurando um fuzil.

A ação previa o cumprimento de dez mandados de prisão e 26 de busca e apreensão em quatro estados: Rio, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco. O bando agia pelo menos desde 2017, e as investigações começaram depois da prisão em flagrante de dois integrantes da quadrilha, quando transportavam petróleo retirado de dutos da Petrobras, em Magé. Com eles, foram apreendidos telefones celulares, que permitiram descobrir a estrutura da organização criminosa.

ÁREAS REMOTAS E À NOITE

As investigações revelam que os integrantes do BR Ratobras marcavam as perfurações geralmente em áreas remotas e em horários noturnos, com o objetivo de dificultar o trabalho da polícia.

Ainda de acordo com a denúncia, Magnojai Rizzari Recla e Robson Teixeira Alves Gusmão, empresários capixabas receptadores do combustível furtado, chefiavam a quadrilha. Eles receberiam no Espírito Santo a carga furtada, que era encaminhada a empresas das quais eram sócios.

O MPRJ constatou que Robson e Magnojai financiavam as viagens dos motoristas que faziam o transporte da carga furtada. E que chegavam a colocar batedores à frente dos caminhões com o combustível furtado, que tinham como objetivo alertar sobre a presença de fiscais ou policiais na estrada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2022

Seção: Economia

Autor: Daniel Gullino - Brasília

Título: Bolsonaro diz que não interfere em preço, que deve seguir 'um pouco alto'

No mesmo dia em que a Petrobras divulgou o maior lucro de sua história impulsionado pela alta do petróleo, o presidente Jair Bolsonaro reiterou que não vai interferir nos preços dos combustíveis, mas disse acreditar que o valor atual vai continuar —sem novo reajuste. A alta de preços nas bombas é um dos principais fatores de desgaste do presidente, que fez do valor da gasolina e do diesel uma prioridade em ano eleitoral.

— Estamos chegando a cinquenta dias sem reajuste do combustível. Eu não tenho como interferir, não vou interferir, mas eu acho que vai continuar esse preço, apesar de um pouco alto. Apesar de termos que discutir a composição do preço do combustível — disse o presidente, em evento do mercado financeiro.

Bolsonaro atribuiu à “política errada do ICMS” (imposto estadual) o preço nas bombas. Historicamente, o presidente tem tentado responsabilizar governadores pela cotação, que também pressiona a inflação.

—O álcool caiu na ordem de R\$ 1,30 nos últimos meses e na bomba não baixou um centavo. A mesma coisa a gasolina. Não baixou por causa dessa política errada do ICMS.

Os estados congelaram em novembro o ICMS que incide sobre os combustíveis. Entretanto, argumentam que estão abrindo mão de receitas sem um retorno para o consumidor. Esse congelamento reduziu a arrecadação potencial dos estados em R\$ 3,4 bilhões entre novembro e 15 de fevereiro deste ano, de acordo com levantamento do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

O Congresso tem tentado aprovar medidas para mudar a tributação dos combustíveis, com possível reflexo nos preços. Mas não há, até o momento, entendimento sobre o tema. Ontem o Senado deixou de votar dois projetos sobre o assunto, marcando a análise das propostas para 8 de março.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2022

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: O risco russo diante da História

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O momento é de extremo perigo global, e o que o presidente Vladimir Putin está fazendo pode significar o fim do mundo como o conhecemos desde o pós-guerra. É o que pensa o embaixador Rubens Ricupero. Para o mercado financeiro, a análise é a de que “já está no preço”. Eles se prepararam para essa reação de Putin e em relatório aos clientes os bancos explicam que é dado como certo que a Rússia enviará mais tropas para a Ucrânia.

O que todas as análises concordam, seja no mercado financeiro, seja na política internacional, é que as sanções não vão deter Putin. O governo russo está sentado numa montanha de reservas cambiais, US\$ 640 bilhões, e pode resistir à suspensão do acesso ao mercado internacional de capitais. Num relatório, o banco UBS avalia que se houver uma escalada do conflito isso levaria a um boicote completo do petróleo e gás russos. Com isso, o petróleo iria a US\$ 125 o barril por dois trimestres, o que elevaria a inflação e reduziria em 0,5 ponto percentual o crescimento mundial.

Para quem tem uma visão mais ampla, o que está acontecendo é gravíssimo, lembra o início dos piores momentos do século passado e tem uma responsabilidade histórica bem mais complexa do que parece.

— Putin está adotando uma atitude que de fato põe em perigo mortal este mundo que conhecemos e que durou quase 80 anos, em que houve guerras localizadas, mas nunca um dos principais atores assumiu uma posição tão descaradamente contra a ordem estabelecida. Ele está usando métodos que levaram à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais e já violou a Carta da ONU — diz Ricupero.

Olhando o passado recente, o embaixador avalia que há culpas do Ocidente também porque aproveitando-se da fraqueza russa após o fim da União Soviética expandiu a Otan além do razoável. Desde 1997, a Aliança Militar incluiu 14 países que haviam sido satélites soviéticos ou membros da própria União Soviética: República Checa, Hungria, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, Bulgária, Romênia, Estônia, Lituânia, Letônia, Albânia, Croácia, Montenegro, Macedônia do Norte.

—Nada justifica o que Putin está fazendo hoje, mas a raiz histórica desse problema envolve responsabilidade do Ocidente — lembra o embaixador.

Para ele, o paralelo que pode ser feito é com o que houve na Alemanha de Hitler:

—Desde que Putin começou a fortalecer seu poder militar, ele fez questão de exhibir isso. Invadiu a Geórgia em 2008, anexou a Crimeia em 2014, estimulou os separatistas do leste da Ucrânia, interveio violentamente na guerra civil da Síria. Em todos esses casos, alguns disseram que ele se daria mal, mas ele teve êxito. É um pouco como aquela história do Hitler. No início, tudo o que Hitler fez deu certo. Anexou a Áustria, depois os Sudetos, que eram regiões da Checoslováquia com populações que falavam alemão, um pouco como acontece agora na Ucrânia. No Acordo de Munique as potências cederam os Sudetos na expectativa de que, com isso, ele não invadiria a Checoslováquia. Hitler em seguida invadiu a Checoslováquia. Putin tem tido o mesmo êxito —avalia o embaixador.

Como a Ucrânia não é da Otan, não está protegida pelo artigo quinto do Tratado de Washington que estabelece que todos são solidários, quando um dos países for invadido. Então Putin só não invadirá se avaliar que será muito alto o custo de uma campanha militar e de sanções prolongadas.

Esse é o cálculo feito no mercado financeiro também. É interesse da Rússia continuar fornecendo matérias-primas e energia para a Europa. A Rússia é grande exportadora de petróleo, gás natural, trigo. O mercado sugere, como hedge, investir em commodities, porque se houver “disrupção de fornecimento”, os preços vão subir.

Quem entende a História sabe que, se houver a escalada de um conflito, não há proteção possível. A Rússia é detentora da maior quantidade de ogivas nucleares no mundo, mas é um país intermediário do ponto de vista econômico e em rápido declínio demográfico.

—O tempo corre contra a Rússia. Esses são os países mais perigosos. Como eram a Áustria, Hungria e a Rússia czarista em 1914. O que Putin fez já abriu um rombo

enorme no sistema criado em 1945. Entramos no tempo do imprevisível —explica Ricupero.

O agravante é o fato de que, como diz o embaixador, o traço tradicional da psicologia da política russa é a ideia de que eles estão cercados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/02/2022

Seção: Brasil

Autor: Eduardo Gonçalves - Brasília

Título: 'Cidade pepita', Itaituba reúne os dilemas do garimpo na Amazônia

Prefeito que já extraiu ouro prometeu regular a atividade depois de operação da PF que tentou suspender em Brasília

A 1.300 quilômetros de Belém e 1.100 da antiga Serra Pelada, Itaituba(PA) é o centro da nova corrida do ouro no Brasil. O município, na Bacia do Rio Tapajós, é campeão na concessão de lavras pelo governo federal nos últimos quatro anos — mais de 25% de todos os requerimentos. As contradições ligadas à atividade foram expostas na semana passada na cidade, por uma operação contra o garimpo ilegal e a reação dúbia de seu prefeito, Valmir Clímaco (MDB). Ao mesmo tempo em que anunciou medidas de controle da atividade — inclusive fiscalizar um documento expedido pela prefeitura que era aproveitado na extração irregular — o ex-garimpeiro (e dono de lavras que diz serem “todas legais”) foi a Brasília tentar parar a operação.

A operação Caribe Amazônico, da Polícia Federal, Ibama e das Forças Armadas, destruiu e apreendeu 21 escavadeiras, 26 motores de bombas, uma balsa, três geradores e um trator, em 14 acampamentos. Em reação, garimpeiros queimaram pontes de madeira e bloquearam o acesso à sede do ICMBio na cidade. Antes, ao serem flagrados, mostraram licenças de operação das prefeituras de Itaituba e Jacareacanga, distrito que foi emancipado em 1991. Para os agentes da PF e Ibama, as licenças são ilegais, por se tratarem de área de conservação da União.

Clímaco disse ao GLOBO que vai suspender todas as licenças concedidas pela prefeitura nos últimos anos para uma reavaliação.

— Demos mais de 500 e nunca fomos fiscalizar. Vamos suspender todos os documentos e eles só vão ser liberados com o aval do ICM-Bio e do Ministério Público Federal —afirmou, anunciando um projeto que vai criar um sistema de monitoramento de garimpos na região e “reeducar” os trabalhadores para não devastarem a Amazônia. Questionado por que não fiscalizou antes, o prefeito respondeu que a prerrogativa é dos órgãos ambientais federais. Nos bastidores, há um receio de que a prefeitura entre na mira da Polícia Federal.

Apelidada de “Cidade Pepita”, Itaituba traz no hino o verso “os garimpos, as praias, a fonte”, tem como monumento uma estátua de 3 metros de um garimpeiro e um comércio quase todo voltado à atividade, com lojas de compra e venda de ouro, de retroescavadeiras e de tratores, além de um dos aeroportos mais movimentados do Pará. Clímaco se reelegeu em 2020 com o apoio dos garimpeiros.

NA CASA CIVIL

Enquanto a PF incendiava retroescavadeiras e acampamentos, Clímaco voou a Brasília para se encontrar com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Segundo o prefeito, o objetivo era convencer o governo federal a suspender a operação. Para isso, levou “centenas” de vídeos enviados por seus companheiros do garimpo, mostrando as “cenas de terror” da ação policial.

O deputado federal José Priante (MDB-PA) foi com o prefeito ao encontro:

— As explosões pareciam produção cinematográfica. É uma política equivocada. Na hora em que se pega gado na floresta não se faz churrasco com ele —disse o parlamentar, apesar de a inutilização de equipamentos estar prevista em lei, quando não há como apreender.

Segundo o deputado e o prefeito, Nogueira prometeu levar a questão ao presidente Jair Bolsonaro para “paralisar esse tipo de operação”. Nogueira não comentou a reunião, que não consta na agenda oficial. No dia seguinte, no entanto, se encontrou com o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite.

Clímaco diz que só não “ligou direto” para Bolsonaro porque “ele estava lá na guerra com a Rússia” (na verdade, em viagem ao país). Em maio de 2020, Bolsonaro elogiou Itaituba em uma live por abrir o comércio durante a pandemia.

A operação policial terminou na última sexta-feira. Ações como essa costumam não durar mais de uma semana, mas o prefeito procurou tirar proveito político.

— Conseguimos uma trégua para regularizar a situação—comentou.

www.valor.com.br

26 de Maio 15h | 14 de Novembro de 2012 | São Paulo | Novembro 2012 | R\$ 0,50

Brasil reage a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

Selic acima de 10%: amplo apoio para títulos mais fixados C3

Com 100% de cobertura vacinal, Nuvolin reforma plano de volta ao escriptorio, adiado em janeiro, da Glaucia Teixeira B2

Valor

ECONÔMICO

Destaque

Referência tributária

Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

O Brasil não pode aceitar a proposta da Índia sobre subsídios agrícolas e salvaguardas na OMC B15

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Analisa mercado, fortalece posição, Petrobras e Petrobras

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Analisa mercado, fortalece posição, Petrobras e Petrobras

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Analisa mercado, fortalece posição, Petrobras e Petrobras

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

Petrobras lucra R\$ 106,6 bi e propõe dividendo recorde

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)Quinta-feira 24 de FEVEREIRO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 145 • Nº 46681
estado.com.br

Crise no Leste Europeu... A14 a A16



Entre os ucranianos de 18 a 29 anos, 75% gostariam de aderir à União Europeia; entre os maiores de 60, apoio cai para 44%

Ucrânia reúne tropas e pede armas; China critica sanções americanas

A Ucrânia declarou emergência, mobilizou tropas, chamou reservistas e pediu armas ao Ocidente. Para Pequim, os EUA são culpados pela crise e sanções à Rússia são imorais.

Os jovens ucranianos, em guerra geracional

Eduardo Gayer, enviado especial a Kiev

Num país dividido na geografia entre Rússia e Ocidente, jovens se sentem europeus. A15

Artigo A16

Madeleine Albright

O erro histórico de Putin, um 'réptil frio'

Terceira onda da pandemia em SP A18

Após pico da Ômicron, mortes por covid caem pela 1ª vez no ano

Média móvel de óbitos tem redução de 11,1%

As mortes por covid-19 caíram no Estado de São Paulo pela primeira vez em 2022. A média móvel diária de óbitos foi de 272 (de 6 a 12 de fevereiro) para 242 na última semana (de 13 a 19), queda de 11,1%. Segundo o

governo estadual, a ocupação de enfermarias para a doença passou de 58% para 47% e a das UTIs, de 68% para 58% nos últimos sete dias. A diminuição ocorre após pico causado pela variante Ômicron em dezembro e janeiro e o avanço da vacinação.

Notas e Informações A3
Defesa intransigente das eleiçõesWilliam Waack A10
Operação em curso para desacreditar o JudiciárioMais um técnico português A20
Corinthians adere à moda e contrata Vitor Pereira

E&N Depois do carnaval B1 e B2

Em ano eleitoral, saque extra do FGTS deve chegar a R\$ 1 mil por pessoa

Governo prepara MP para liberar novo saque de contas do fundo. Mercado vê efeito limitado na economia.

Aposta de Bolsonaro A9

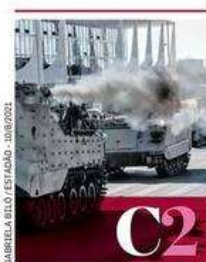
Pré-candidato, ministro Tarcísio de Freitas turbinou agenda em SP

Nos 24 dias úteis em que trabalhou neste ano, ministro dedicou mais de um terço do tempo a visitas a São Paulo.

E&N Estatal B18

Petrobras lucra R\$ 106,7 bi em 2021 e paga recorde de dividendos

Resultado supera em 1.400% o obtido em 2020. Dividendos pagos a acionistas alcançam marca de R\$ 101 bi.



Fotojornalismo C8

Mostra homenageia fotógrafa do 'Estado'

Edição de hoje
6 CADERNOS - 112 páginasCaderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N: Destacar Economia & Negócios

C2: Cultura & Compartmento

Tempo em SP
19" Min. 32" Máx.ISSN - 1918-2951
0 771516 203107CHEGOU A NOVA
SENSAÇÃO
DA CAO CHERY. s.com.br

No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.

Veja nas páginas 5, 6, e 7



SAATCHI & SAATCHI

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.930

QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022

R\$ 5,00

Dólar cai a R\$ 5 com incertezas geopolíticas

O dólar atingiu ontem sua menor cotação frente ao real desde junho de 2021, fechando a R\$ 5. Ante a possibilidade de guerra entre Rússia e Ucrânia, investidores colocaram mais dinheiro no Brasil, valorizando a moeda local.

O recuo do dólar, com petróleo e commodities em alta, não deve reduzir a inflação no país. *Mercado p.1*

Esporte B7
Corinthians contrata português Vitor Pereira como seu novo treinador**Ilustrada C1**
Séries e filmes sobre estelionários reais fazem sucesso no streaming**Guia C6**
Reaberto, bar Filial é sombra do passado em uma melancólica Vila Madalena**turismo**
Para curtir os feriados
Destinos permitem aproveitar folgas na cidade ou no mato **p.1**

+ GO tem natureza e hotel com aula de ecologia **p.2**
+ Conheça locais de 'And Just Like That' em NY **p.6**



João Gabriel Rodrigues/Fotopress/Folhapress

BOLSONARO USA GRAVATA COM DESENHOS DE FUZIS

Presidente vestiu o acessório em cerimônia sobre o Plano Nacional do Desporto, em Brasília

A pandemia em 23.fev Dados das 20h**POPULAÇÃO VACINADA**

No Brasil	
Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	82,2%
1ª dose vacinal completa (dose única ou 2ª dose)	71,8%
Dose de reforço	28,8%

Nos estados

	Ao menos uma dose	1º ciclo completo	Dose de reforço
SP	90,5%	80,6%	42,6%
PI	90,8%	78,0%	26,2%
PB	83,8%	75,7%	33,3%
MG	81,9%	74,9%	31,0%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos	
Média móvel	803
Em 24h	936
Total	646.490
Casos	41,3% (acelerado)
*Variação em relação a 14 dias	

Putin ordena início da ação militar na Ucrânia

Anúncio foi feito nas primeiras horas de quinta, após União Europeia e EUA decretarem novas sanções a Moscou

O presidente russo, Vladimir Putin, deflagrou nas primeiras horas desta quinta (24) uma operação militar na Ucrânia com o objetivo de "proteger a população do Donbass", região do leste do vizinho onde ele reconheceu áreas separatistas pró-Rússia, relata o enviado especial Igor Girelov. Até a conclusão desta edição, não havia sinais de uma invasão em larga escala — a intenção comunicada pelo Kremlin era enviar tropas para as áreas rebeldes etnicamente russas no país vizinho. Equipes de TV da rede CNN, porém, ouviram explosões à distância na capital ucraniana, Kiev, e em Kharkiv, perto de Donbass.

Se o bombardeio for confirmado, Moscou estará escalando a invasão de uma área ocupada desde 2014 para uma guerra contra a Ucrânia. O governo de Volodymyr Zelenski conta com o apoio das forças da Otan, a aliança militar capitaneada por Washington. O anúncio de Putin foi feito no momento em que Conselho de Segurança da ONU realizava uma reunião de emergência que adentrou a madrugada em Nova York. Horas antes, Estados Unidos e União Europeia haviam anunciado mais sanções a Moscou. O Parlamento da Ucrânia aprovou instaurar estado de emergência. *Mundo A10*

Sem rua, Carnaval fica restrito a quem pode pagar

O avanço da ômicron fez com que prefeituras dos principais destinos carnavalescos cancelassem eventos de rua, mas festas fechadas estão liberadas, desde que cumpram protocolos. Organizadores de blocos apontam para elitização. *Cotidiano B1*

TENDÊNCIAS / DEBATES A3

Cristiano Zanin e Valeska T. Martins
Lula não está livre por causa de Moro, mas sim porque foi feita justiça

Styvenson Valentim
Não, meu caro Flávio, quem soltou Lula foi Jair Bolsonaro

Jogo de empurra e rixas deixam terceira via isolada

A 3ª via expôs nesta semana as dificuldades do campo da centro-direita no enfrentamento a Lula e Jair Bolsonaro, com pressões para que nomes abram mão das pré-candidaturas e divergências sobre o momento de uma eventual aglutinação. *Política A4 e A5*

Petrobras tem lucro recorde de R\$ 106 bilhões em 2021

No ano em que o consumidor brasileiro pagou preços recorde dos combustíveis, a Petrobras apresentou o maior lucro de sua história, de R\$ 106,6 bilhões, crescimento de 1.400% ante 2020. A companhia anunciou mais R\$ 37,3 bilhões em dividendos aos acionistas.

Segundo a empresa, o desempenho recorde de 2021 reflete a alta de 77% do preço em reais do petróleo Brent, maiores volumes comercializados no mercado interno e melhores margens na venda de combustíveis, além de reversão de perdas contábeis. *Mercado p.2*

STJ adia julgamento sobre planos de saúde

Após pedido de vista, corte interrompeu pela segunda vez julgamento que determinará se as operadoras estão obrigadas a cobrir procedimentos não incluídos em lista estipulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. **B5**

EDITORIAIS A2

Apuração rachada
Sobre investigações em torno de Flávio Bolsonaro.

Mais negligência
Acerca de atraso na oferta de remédios contra Covid.

ATMOSFERA

Visitantes contemplam vista da cidade de Nova York a partir do observatório Summit One Vanderbilt, na região central de Manhattan. *Angela Weiss/APP*

Clássico: Na volta de 'O poderoso chefão' aos cinemas, James Caan fala da experiência com Marlon Brando e Coppola

SEGUNDO CADEIRÃO

Marca, Brando no papel-título do filme que completa 50 anos

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022 ANO XLVIII - Nº 32.343 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 3ª EDIÇÃO

FORA DE CONTROLE

Rússia invade Ucrânia; Biden vê 'guerra' e promete resposta

Presidente russo ordenou ação militar no país vizinho, e primeiras explosões ocorreram no início desta madrugada

Depois de um dia de escalada da tensão no Leste da Europa, a Rússia invadiu militarmente o território da Ucrânia no início da madrugada de hoje. O presidente Vladimir Putin ordenou uma ação militar na região de Donbass, onde ficam as cidades separatistas de Donetsk e Luhansk. A imprensa internacional registrou, porém, explosões em outras áreas do país. Putin renovou ameaças a uma possível retaliação da Otan e do Ocidente: "Para aqueles que estão pensando em intervir na

Ucrânia... A Rússia responderá imediatamente e você terá que lidar com consequências que nunca viu antes em sua história". O presidente americano, Joe Biden, declarou que "Putin escolheu uma guerra premeditada que trará uma perda catastrófica de vidas e sofrimento humano. A Rússia sozinha é responsável pela morte e destruição que este ataque trará", acrescentando que a

Otan dará "uma forte e unida resposta". O Reino Unido falou em "guerra contra toda a Europa". PÁGINAS 18 e 19

GUGA CHACRA

Putin se soma a outros líderes mundiais covardes PÁGINA 20

Alta do petróleo e de combustíveis leva Petrobras a lucro recorde

A alta internacional do preço do petróleo e o aumento na venda de combustíveis no Brasil fizeram a Petrobras ter em 2021 um lucro de R\$ 106,6 bilhões, o maior de sua história. Em 2020, os ganhos foram de "apenas" R\$ 7 bilhões. Com isso, a Pe-

EXPANSÃO

Rede D'Or compra a SulAmérica, informa LAURO JARDIM PÁGINA 17

trobras pagará mais de R\$ 100 bilhões em dividendos aos acionistas — à União, caberá uma fatia de R\$ 37 bilhões. Para analistas, desafio para 2022 é manter a produção, que teve queda de 2,2% no ano passado e se concentra no pré-sal. PÁGINA 13

OH!
 Entrevistando Biden



— Parem ou atiro... meu isqueiro!

Estados projetam liberar máscaras no próximo mês

O Fórum de Governadores avalia flexibilizar o uso de máscaras quando o país alcançar 80% da população imunizada com duas doses, o que deve acontecer no fim de março. Cientistas veem cenário otimista, mas ressaltam que é preciso aguardar a evolução dos números. PÁGINA 21

STF: Mendonça vota contra fundo eleitoral

O ministro André Mendonça votou contra o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões aprovado pelo Congresso e sancionado por Bolsonaro. Para o magistrado, o aumento desproporcional do valor comprometerá a igualdade nas eleições. Ele sugeriu que o fundo seja o de 2020, corrigido pela inflação. O julgamento recomeça hoje. PÁGINA 9

MERVAL PEREIRA

Recuperação de Bolsonaro é novidade na disputa PÁGINA 2

MALU GASPAR

Velha política dará as cartas na eleição PÁGINA 3

No Sul, o drama é a seca

Estiagem leva 83% dos municípios gaúchos a decretar emergência. Cinzas vindas de incêndios florestais na Argentina pioram a situação. PÁGINA 10

CIÊNCIA PARA PREVENIR COMO PREPARAR AS CIDADES PARA EVENTOS EXTREMOS

A convite do GLOBO, seis especialistas discutem políticas urbanas para diminuir a fragilidade das cidades ante ocorrências como o temporal em Petrópolis, que devem se tornar mais frequentes. Desafio habitacional é chave. PÁGINAS 24 e 25

OBITUÁRIO/PAULINHA ABELHA Voz que revalorizou o forró

Cantora de hits da banda Calcinha Preta morreu aos 43 anos após problemas renais. PÁGINA 12



Câmara aprova projeto que legaliza os jogos

Proposta libera cassinos, bingos, bicho e apostas na internet. Mesmo com Bolsonaro contra, governo atuou a favor e liberou a base em plenário. PÁGINA 8

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022

NÚMERO 21.528 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00

Foto: Reprodução/Rede Social



Cerco ao desfile da dama de vermelho

Polícia Civil apreende as armas e pede ao Exército que investigue o clube de tiro de Taguatinga de onde saíram os personagens de um insólito ensaio fotográfico de casamento. As imagens de homens com fuzis, escopetas e pistolas parando a avenida Samu correram as redes sociais. Caso está sob investigação. PÁGINA 15



China defende Rússia, acusa EUA e põe mais tensão na crise

Um dia depois de a Casa Branca anunciar sanções a Moscou devido ao reconhecimento de duas regiões separatistas na Ucrânia, Pequim reforçou o

alinhamento com a Rússia e fez duras críticas a Washington. "Os Estados Unidos não param de vender armas para a Ucrânia, aumentando a tensão e criando

pânico", disse Hua Chunying, porta-voz do ministério chinês das Relações Exteriores. "Alguém que joga lenha na fogueira e acusa os outros assume uma postura

imoral e irresponsável", afirmou. Com essas declarações, a diplomacia chinesa se posiciona em direção oposta à moderação que demonstrou na segunda-feira,

quando pediu as partes que dessem "sinais de contenção". O crescente temor de uma escalada militar levou Kiev a decretar estado de emergência nacional.

PÁGINA 9

O carnaval das máscaras da esperança

As vendas de fantasias, confete e serpentina estão fracas este ano. A restrições sanitárias da pandemia da covid-19 impõem mais um ano de folia regradada, sem festas nem aglomerações. Mas os vendedores desta loja em Taguatinga ainda acreditam em movimento maior. Com bares, clubes e hotéis abertos no feriadão, muita gente deve se divertir e comprar enfeites, acreditam comerciantes do Distrito Federal. Dançar não pode, mas ser feliz está liberado! PÁGINA 13

Acumulada

Nova chance para apostadores: R\$ 40 milhões na Mega

PÁGINA 15

Dólar cai

Divisa chegou a ser cotada a R\$ 4,99 e encerrou o dia a R\$ 5

PÁGINA 8

Forró perde uma estrela

Em coma desde 17 de fevereiro, Paulinha Abetla, da banda Calcinha Preta, morreu, ontem, aos 43 anos, em Aracaju. PÁGINA 6



Voto contra os R\$ 4,9 bi

Relator de ação no STF; Mendonça defende Fundo Eleitoral de R\$ 2,1 bilhões. PÁGINA 2

Cocaína milionária

Polícia apreende 200kg da droga, no valor de R\$ 25 milhões. PÁGINA 14

Moraes mira filho 02

Ministro do STF pede investigação de viagem de Carlos Bolsonaro. PÁGINA 2

Foto: Agência/DA Press



Preço de guerra — Ao CB.Poder, presidente do Sindicompetitivos-DE; Paulo Tavares, alerta que gasolina deve ficar mais cara por causa do conflito na Ucrânia. PÁGINA 7

FGTS: saques vão beneficiar até 40 milhões

Governo prevê a liberação de até R\$ 1 mil para cotistas do fundo usarem no pagamento de dívidas. O objetivo da medida é aquecer a economia. O total das retiradas pode chegar a R\$ 30 bilhões.

PÁGINA 7

Ana Maria Campos

Caciques do PP prestigiam Rosseto e Marques. PÁGINA 14

Carlos Alexandre de Souza

Uso de armas de fogo volta à pauta do Congresso. PÁGINA 5

Luiz Carlos Azeido

Crise entre Bolsonaro e STF eleva tensão da eleição. PÁGINA 4

Samanta Salum

Márcio Faria deixa pasta do GDF e vai para a CLDF. PÁGINA 16

Amauri Segalla

Bolsonaro ignora economia e irrita mercado financeiro. PÁGINA 8

Severino Francisco

Uma conversa medíocre, de botequim, com Noel Rosa. PÁGINA 15



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .